



ENVELHECIMENTO E VELHICE NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Tatianne Silva Ferreira¹
Carlos Guilherme da Cruz Pereira²
Fátima Fernandes Catão³

RESUMO

O estudo sobre envelhecimento e velhice vem sendo recorrente e diversificado no âmbito das ciências humanas e sociais. Diante disso, o objetivo do presente trabalho foi investigar o conceito de envelhecimento e velhice a fim de apresentar um panorama do que tem sido pesquisado sobre o assunto no Brasil no período de 1989 a 2019. Utilizou-se o portal Periódicos CAPES obtendo-se 30 artigos analisados. Constatou-se um aumento expressivo do número de publicações a partir de 1997 no qual representa um tema de pesquisa recente e de crescente interesse na produção científica nacional nas diversas áreas das ciências humanas. Além disso, foi possível perceber a relação do tema com alguns eixos como trabalho e aposentadoria, saúde/adoecimento e questões de gênero. Esses resultados permitem concluir que existem diferentes significados do que se atribui por envelhecimento e velhice, já que não se encontrou um único ponto de vista para a definição dos termos. Portanto, é possível perceber a importância da temática e sua relevância no domínio científico e social.

Palavras-chave: Envelhecimento, Velhice, Conceito.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é estabelecido pelo aumento da população idosa no país, provocado pela queda da fecundidade e aumento da longevidade (BELTRÃO & CAMARANO, 1997). Esse processo passa a ser uma questão importante para a sociedade em geral, uma vez que repercute nas diferentes esferas da estrutura econômica, política, social e cultural. Assim como os demais segmentos etários (crianças, jovens e adultos) os idosos também possuem demandas por políticas sociais que permitam a obtenção de meios adequados para garantir condições de vida satisfatórias (SIQUEIRA, BOTELHO & COELHO, 2002). Devido ao surgimento expressivo de tais demandas, o envelhecimento e a velhice vêm sendo temas de investigação em várias áreas de conhecimento provocando novas imagens e concepções.

A Associação Nacional de Estudos Populacionais (ABEP) que possui como finalidade trazer as principais discussões no âmbito científico sobre a demografia no país, expõe que o tema do envelhecimento da população brasileira só ingressou na agenda de pesquisa em 1988, no VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (CAMARANO, 2002). Além disso, um

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, tati-ferreira@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, guilhermecruzpsi@yahoo.com;

³ Professora orientadora: pós-doutora, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, fathimacatao@uol.com.br.



relatório do Banco Mundial, divulgado em outubro de 1994, afirmava que o envelhecimento populacional pressionava os sistemas de previdência social e, conseqüentemente, colocava em risco a segurança econômica dos idosos e o crescimento econômico, dando origem a “Crise da Velhice” (SIMÕES, 1997). Percebe-se que esse tema surge como um desafio para as próprias ciências humanas e sociais no seu papel de buscar uma compreensão, bem como fomentar definições concretas para poder propor discussões sobre seu impacto nas condições de vida da população atingida.

Observa-se que o conceito de envelhecimento passa a ser desenvolvido a partir das questões que o crescimento demográfico provoca na sociedade, na luta pelos direitos e na formulação e execução de políticas públicas. Através disso, Debert (1994) passa a se questionar sobre a experiência do processo de envelhecimento como um fator coletivo que é distinto para homens e mulheres, tendo os homens a participação predominante nos movimentos dos aposentados e as mulheres em programas para a Terceira Idade. A velhice, por sua vez, é apresentada de diferentes formas no qual se distingue pela compreensão dos outros e para quem a vive. Além dessa distinção, a velhice é apontada como sendo o “último momento possível de formulação e execução de um projeto [...]” (DE BARROS, 1997, P. 3).

A diferenciação das concepções atribuídas à categoria velhice é apontada em diversos estudos, acrescentada ao uso do termo terceira idade para se referir a categoria como um momento privilegiado na vida e de realização pessoal (DEBERT, 1994) ou como um período de negação do processo de envelhecer (CABRAL, 1997). Segundo Cabral (1997) o termo terceira idade surge na França, nos anos 50, para classificar a faixa intermediária entre a idade madura e o estágio de envelhecimento. A terminologia é representada nos diversos estudos nacionais como substituição do conceito de velhice, dando novas conotações à categoria.

O conceito de velhice também aparece atrelado à definição de envelhecimento, podendo provocar certa ambigüidade. Inicialmente, De Moraes (2009) apresenta a percepção de velhice como uma fase que propicia possibilidades de aprendizagem e conhecimento e, ao discorrer sobre o termo, conclui evidenciando o processo envelhecimento com as mesmas características. Entretanto, De Souza Abrahão (2008) em seu estudo, traz a importância em diferenciar os conceitos, pois apesar de apresentarem sentidos que se articulam, merecem ser vistos em suas particularidades conceituais, encarando o envelhecimento como um processo e a velhice como resultado e prolongamento deste.

Nesse ínterim, nota-se não haver uma definição unívoca ou simples dos termos envelhecimento e velhice. Por isso, no âmbito das ciências humanas e sociais, conforme essa



área se aproxima de questões referentes ao processo de construção da subjetividade e, no âmbito social, da elaboração de políticas públicas, torna-se fundamental que se tenha clareza a respeito dos conceitos. Desse modo, acredita-se que a importância deste mapeamento está, principalmente, em poder fornecer um panorama sobre o que é pesquisado a respeito do tema no Brasil na intenção de elaborar a concepção de envelhecimento e velhice empregada nas publicações nacionais das diversas áreas de pesquisa.

METODOLOGIA

Este estudo adotou como forma de trabalho a revisão sistemática da literatura. Conforme Rother (2007), o modelo refere-se a um método de pesquisa que busca identificar a dinâmica de produção de um determinado tema, em um período específico, fazendo uso de revistas eletrônicas e, ou, impressas, pré-estabelecidas com rigor metodológico.

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de identificar artigos completos no portal Periódicos CAPES, publicados no intervalo de 1989 a 2019. Para um melhor mapeamento, a pesquisa foi dividida em períodos de dez anos, sendo o primeiro de 1989 a 1999, o segundo de 2000 a 2009 e o terceiro e último de 2010 a 2019. Para este estudo, os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: utilizar de forma regular as palavras *envelhecimento* e *velhice*, estar redigido em língua portuguesa e ter sido produzido no intervalo de tempo mencionado. Foram excluídas publicações que não traziam a definição de envelhecimento e velhice, bem como obras de difícil acesso.

Através da busca por assunto, foram encontrados: 14 artigos no período de 1989 a 1999; 160 de 2000 a 2009; e 607 de 2010 a 2019. Após o refinamento dos dados, restaram para análise 30 obras finais, sendo 14 publicações de 1989 a 1999, 7 estudos de 2000 a 2009 e 9 publicações de 2010 a 2019.

Os artigos foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. Esses enfoques se complementam a medida que contribuem com os estudos científicos e possibilitam benefícios de ambos os métodos (SAMPIERI, COLLADO & LÚCIO, 2006). Dessa maneira, o método quantitativo é retratado na análise dos dados referentes ao número de publicações por ano e ao número de publicações por eixo temático. Quanto ao método qualitativo, a análise de conteúdo foi empregue na organização dos conceitos de envelhecimento e velhice em relação aos eixos temáticos encontrados nos artigos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados provenientes do mapeamento realizado foram organizados, portanto, após duas etapas de refinamento dos dados, quanto ao período de publicação e ao assunto do objeto de estudo. Os resultados evidenciam que a produção nacional, considerando o intervalo apresentado de trinta anos (1989 a 2019), mencionou os termos envelhecimento e velhice somente no período de 1993 a 2019, conforme a figura 1.

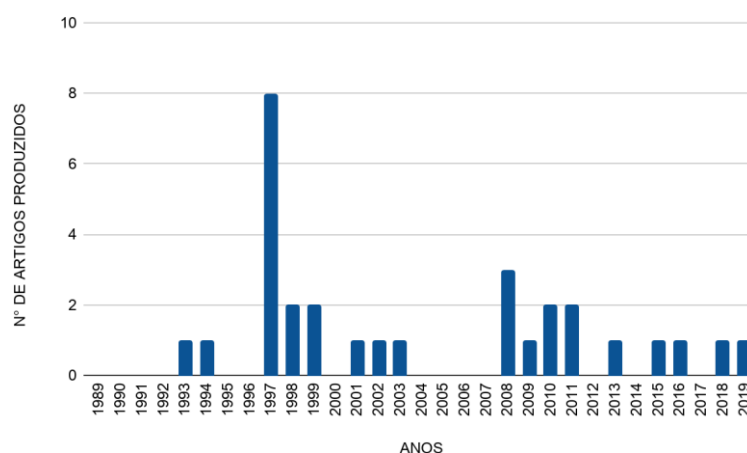


Figura 1. Publicações por ano, citadas na base de dados Periódicos CAPES, sobre o tema envelhecimento e velhice no período de 1989 a 2019.

Esses resultados indicam que as produções acerca da temática tiveram um aumento significativo no ano de 1997, demonstrando um declínio nos anos seguintes e um breve aumento em 2008, seguido por uma oscilação de publicações nos anos posteriores, no qual demonstra um descompasso quanto ao uso dos termos envelhecimento e velhice nas produções no Brasil.

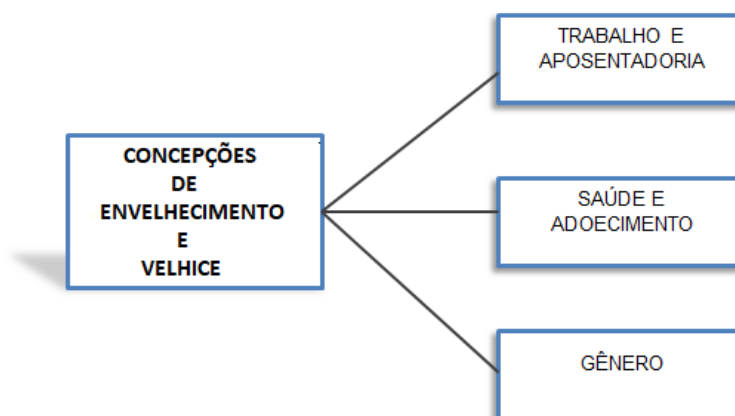


Figura 2. Mapa conceitual de envelhecimento e velhice: configuração de eixos temáticos

O mapa conceitual explora as categorias mais evidentes apresentadas nos estudos que possuem relação com a definição de envelhecimento e velhice. Nesse sentido, no período de 1989 a 1999, das 14 publicações, 7 apresentaram relação com o eixo trabalho e aposentadoria,



3 com saúde e adoecimento e 6 com gênero. Já no período de 2000 a 2009, dos 7 artigos analisados, 2 possuem relação com o eixo trabalho e aposentadoria, 3 com saúde e adoecimento e nenhum com gênero. Por último, entre 2010 e 2019 6 trabalhos se relacionaram com o eixo trabalho e aposentadoria, 6 com saúde e adoecimento e 4 trabalhos se relacionam com gênero.

Concepções de envelhecimento e velhice

Acerca da conceituação do objeto de estudo, Da Motta (1997) elaborou o seguinte questionamento: “são velhos, idosos ou Terceira Idade?” (p. 129). Assim como o autor percebe o problema conceitual relacionado à imagem social da reprodução dos termos na sociedade, Da Silva (2011) se refere à dificuldade de denominação para tal fase da vida como sendo uma “dança terminológica” entre os termos: terceira idade, maior idade, maturidade e melhor idade. Isso remete não só a dificuldade de construção de categorias, mas também das representações sociais do objeto em questão. Partindo dessa análise, a noção mais antiga e costumeira que se tem acerca da velhice é vinculada a estigmas sociais ligados à decadência física, inatividade, acomodação e fragilização do corpo. Ao se declarar em uma idade mais avançada, existe a dificuldade em se reconhecer na velhice ou de reconhecê-la apenas nos outros (DA MOTTA, 1997). Da Silva (2011) apesar de caracterizar a velhice como etapa que contribui para uma maior vulnerabilidade a certas patologias reconhece que ela não é, em si, uma doença.

Desse modo, a velhice é caracterizada de duas formas: a velhice em geral, representada por estereótipos, e a velhice pela experiência pessoal, distinta dos outros idosos (DEBERT, 1994). Enquanto estereótipo, a velhice socialmente produzida enquadra uma categoria de indivíduos, relativamente homogênea, que normalmente se identifica por características como isolamento, solidão, doença, pobreza e exclusão social, permanecendo oculta a dimensão da identidade (FERNANDES, 2009). Além disso, a velhice também é associada ao momento que o indivíduo perde a autoestima, podendo ser apresentada de forma normal ou patológica (MONTEIRO, 2011). Em vista disso, há a necessidade em desmistificar imagens negativas sobre a velhice, pois a idade não deve ser um fator de fronteira para o indivíduo. Além disso, Fernandes e Garcia (2011) destacam que não há apenas uma velhice, mas há a velhice que o tempo de cada um faz. Por isso, deve-se valorizar o idoso pelo que ele é e não pelas ideias preconcebidas que o caracterizam. “Em suma, o maior problema do idoso não é a velhice e sim, o desprezo da sociedade [...]” (PINHEIRO, 1998, p. 5).

Atrelado ao conceito de velhice surge a definição de terceira idade, desenvolvido em diversos estudos por diferentes conotações. No Brasil, apresenta-se relacionado ao surgimento dos programas governamentais, na luta contra os preconceitos e estereótipos, associado a um período privilegiado, de realização pessoal, satisfação e prazer (DEBERT, 1994). Posteriormente, o termo surge com maior criticidade, pois à medida que contribui para a diminuição das fronteiras etárias provoca uma rejeição à velhice, criando novas expectativas para um período do curso da vida (CABRAL, 1997). Atrelado a essa concepção crítica, Debert (1997) expõe como a reprodução da mídia e a definição de mercados de consumo influencia na concepção de velhice, através do conceito de terceira idade, gerando um processo de reprivatização do idoso. Esse processo tende a transformar os problemas da categoria em problemas exclusivamente do indivíduo, pois se este atinge a velhice no isolamento e na doença, a culpa recai apenas sobre ele, retirando a responsabilidade do Estado na manutenção de políticas sociais e custos com a saúde.

Nesse sentido, percebe-se a categoria velhice como uma construção social no qual a sociedade e a cultura estabelecem funções e atribuições de cada idade que são, em boa parte, arbitrárias, pois não se sustentam em atributos biológicos, mas sim na própria história que se reconstrói em um tempo social dinâmico e inconstante (SIQUEIRA, BOTELHO & COELHO, 2002). Castro (2016) assemelha sua concepção de velhice ao evidenciá-la como uma construção sociocultural que vai além das determinações cronológicas e, além disso, acrescenta ao conceito o fenômeno do idadismo, preconceito baseado na idade, que vem sendo altamente disseminado pela cultura.

De acordo com De Leão (2018) a velhice emite sinais que se manifestam, sobretudo, na aparência. Entretanto, além dos aspectos físicos há conteúdos simbólicos, revestidos por marcadores socioculturais, que definem as ações e representações dos sujeitos. “Portanto, a velhice carrega consigo aspectos das representações sociais que se relacionam com a maneira como pessoas acima de 65 anos vivem, se vêem e são vistas pelo outro em termos subjetivos, psicodinâmicos, sociais e físicos” (DE SOUZA ABRAHÃO, 2008, p. 59).

O envelhecimento, por sua vez, é encarado como um processo visto através de um conjunto de transformações que ocorrem durante a vida e marcam o desenvolvimento humano:

Vale dizer, consideramos o envelhecimento como um processo que, no plano individual, implica múltiplas trajetórias de vida e, no plano coletivo, se constrói sob diferentes influências de ordem sociocultural, tais como: acesso a oportunidades educacionais, adoção de cuidados em saúde, e realização de ações que acompanham o curso da vida e se estendem às fases tardias da vida, como a velhice. Nesse sentido, enquanto o envelhecimento se define como processo sócio-vital



multifacetado ao longo de todo o curso da vida, a velhice denota o estado de “ser velho”, condição que resulta do processo de envelhecimento que gerações vivenciaram e vivenciam dentro de contextos sociais, políticos e individuais diversos. (LIMA, SILVA & GALHARDONI, 2008, P. 96).

Dando evidência ao conceito de envelhecimento como um processo complexo e contraditório, Castro (2016, p.79-80) expõe: “trata-se de uma experiência multifacetada, plural, influenciada por fatores como gênero, estado civil, nível socioeconômico, condições de saúde, estilo de vida e outros”. Nesse ínterim, o processo de envelhecimento demarca modificações biológicas, psicológicas e sociais que são acentuadas na velhice. Esta etapa implica em uma diversidade de sentidos e significados culturais, decorrentes das particularidades dos contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos e das especificidades vivenciadas por cada um (DE MORAIS, 2009).

Trabalho e aposentadoria na configuração da concepção de envelhecimento e velhice

Segundo Simões (1997) no plano econômico, a aposentadoria foi uma forma de marcar a incapacitação para o trabalho, vinculada a uma esfera pública de proteção social que firma um contrato de solidariedade entre as gerações. No entanto, ao discorrer sobre este tema, Cabral (1997) associa a aposentadoria a um período de liberação do trabalho produtivo que contribui para a elaboração de novos valores coletivos. Nesse sentido, a aposentadoria que antes demarcava a passagem para a velhice ou uma forma de subsistência perante a saída do trabalho, passa a representar um momento privilegiado para a renovação pessoal.

No que se refere ao trabalho, Becker e Falcão (2016) observaram que a profissão possui uma forte influência positiva na vida do idoso. Entretanto, Da Silva (2011) evidencia que, pelo fato do idoso ser socialmente visto através da perda da capacidade laborativa e da improdutividade, ele passa a ser socialmente descartável. Nesse ínterim, Monteiro (2011) destaca que é a aposentadoria que se incumbe de determinar o idoso como um sujeito improdutivo e limitado. Dessa forma, os aposentados são vistos como sujeitos que enfrentam a perda de papéis sociais, ao mesmo tempo em que combate a imagem social de uma pessoa muito vulnerável (VELOZ, NASCIMENTO-SCHULZE & VIZEU, 1999). Isso decorre de uma perspectiva economicista, atribuída pelo sistema capitalista, que vincula o idoso a um sujeito frágil e improdutivo. “Nesse momento, a velhice passa a ser delimitada não mais pelas transformações fisiológicas, mas por um advento social, a aposentadoria, na qual o indivíduo passa pela transposição da categoria de trabalhador para ex-trabalhador” (SIQUEIRA, BOTELHO & COELHO, 2002, p. 902).



Saúde e adoecimento na configuração da concepção de envelhecimento e velhice

A concepção autopreservacionista do corpo que surge através da definição de terceira idade sustenta a ideia vinculada aos mercados de consumo e aos espaços de sociabilidade que leva ao público, através dos meios de comunicação, a necessidade de se evitar a negligência corporal, pois o corpo, nesse contexto, deixa de ser um aliado e se converte em um inimigo que necessita ser controlado e cuidado constantemente (FERNANDES & GARCIA, 2010). A autopreservação do corpo, defendida e propagada pela mídia, acaba gerando consequências relacionadas à redução de custos do Estado com a saúde e a responsabilização do sujeito por sua miséria e sofrimento. “Se um indivíduo não é ativo, não está envolvido em programas de rejuvenescimento, atinge a velhice no isolamento e na doença, a culpa é exclusivamente dele” (DEBERT, 1997). Essa elaboração tende a ser vista como consequência do descuido pessoal e da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados que, por sua vez, acaba ocasionando o adoecimento do sujeito e isentando o Estado de qualquer responsabilidade.

Dessa forma, o discurso midiático brasileiro que promove um envelhecimento bem sucedido acaba fechando espaços para informações sobre pessoas que vivenciam a velhice através do abandono, forjando uma identidade que não é comum à maioria dos idosos, transformando os problemas da velhice em desinteresse individual, promovendo novas formas de exclusão e sofrimento psíquico (FLORES, 1998). É certo que é necessário se discutir sobre a qualidade de vida na velhice, mas antes de tudo é preciso entender como ela se constitui: “a qualidade de vida na velhice está diretamente ligada à interação de diversos fatores construídos ao longo da existência de cada sujeito, como carga genética, estilo de vida, relações sociais e familiares, capacidade laboral, educação, suporte econômico e ambiente físico” (DE OLIVEIRA MENDONÇA & DE BRITO, 2019, p. 27). Por isso, é importante entender que não existe apenas uma velhice, mas sim velhices, pois é importante tratar dessa experiência de forma singular.

Para falar de envelhecimento saudável, é preciso pensar na integração de diversos fatores como: saúde física e mental, independência diária e econômica, integração social, suporte familiar, entre outros (LIMA ET AL., 2008). Ao trazer o envelhecimento ativo como uma política de saúde, a proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) enfatiza que envelhecer não é apenas uma questão individual, mas sim um processo que deve ser facilitado pelo investimento do Estado em políticas públicas e por iniciativas sociais de saúde ao longo do curso da vida. Entende-se, portanto, que a saúde não é apenas ausência de



doenças e sim um equilíbrio entre o bem-estar físico, psíquico e social (FREIRE & RESENDE, 2008).

Questões de gênero na configuração da concepção de envelhecimento e velhice

Debert (1994) traz diferenças na forma como a população feminina e masculina representa e percebe as mudanças ocorridas no envelhecimento dentro do contexto urbano brasileiro. Segundo o autor, a luta pelos direitos de cidadão e pela redistribuição da renda é mobilizada, sobretudo, pelo público masculino, enquanto a luta por mudanças culturais amplas é composta majoritariamente por mulheres idosas.

Ser velho é uma situação vivida em parte homoganeamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração. O gênero e a classe social estruturam as expectativas e conforma a ação social (DA MOTTA, 1999, p. 191).

Nesse ínterim, enquanto as mulheres idosas vivenciam o conflito entre o vivido na sua corporalidade e o esperado pela sociedade, os homens se afastam de possíveis vestígios de fragilidade ou da possibilidade de serem “dominados pela velhice”, cujo evento pode comprometer seu padrão de masculinidade representado pela força e dominação (FERNANDES & GARCIA, 2010). Ao discorrer sobre o envelhecimento, Peixoto (1997) demonstra esse processo como sendo particularmente feminino pelo fato de, estatisticamente, as mulheres representarem a maior parte da população idosa mundial e, além disso, muitos problemas enfrentados na velhice estão intrinsecamente ligados ao gênero feminino. Da Silva (2011) concorda ao dizer que a velhice é feminina e que o perfil da mulher idosa vem mudando ao longo do tempo, pois antes ela era apenas vinculada ao espaço doméstico e hoje há um crescente protagonismo no mercado de trabalho. Apesar da parcela expressiva da população idosa ser feminina, as mulheres constituem o grupo de maior vulnerabilidade comparado aos homens quanto ao grau de escolarização (BELTRÃO & CAMARANO, 1997).

Além disso, na conjugação do valor atribuído à família e ao trabalho, as mulheres constituem mais laços familiares que os homens, com o casamento, a criação dos filhos e a restrição ao espaço da casa. Já os homens possuem mais relações com o trabalho, através do seu papel de provedor e da inserção precoce no mercado de trabalho (DE BARROS, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo, é possível observar que a produção científica acerca do envelhecimento e velhice no cenário brasileiro configura-se como um assunto recente e



pouco explorado no material existente na base de dados Periódicos CAPES. Foram encontrados, em sua maioria, estudos qualitativos que abarcam a temática de diferentes formas. Identificou-se um descompasso na quantidade e qualidade de publicações produzidas nacionalmente, demonstrando que esse tema ainda é um objeto que requer visibilidade e embasamento teórico.

No que diz respeito aos resultados, pode-se inferir que houve diversas formas de abordar os conceitos de envelhecimento e velhice. Inicialmente, o envelhecimento foi associado aos aspectos do crescimento demográfico, ao mesmo tempo em que a velhice surge em decorrência das questões provocadas pelo aumento populacional no âmbito econômico e político. Posteriormente, o envelhecimento foi evidenciado como um processo que abarca toda a vida do sujeito. Já a velhice foi apresentada por distintas formas e usualmente relacionada ao conceito de terceira idade. Através das diversas maneiras de definir envelhecimento e velhice, percebe-se uma maior concordância ao definir o envelhecimento como sendo um fenômeno biopsicossocial que decorre de um processo natural do desenvolvimento da vida, e a velhice como uma etapa do próprio processo de envelhecimento, definida por marcadores socioculturais e vivenciada de diferentes formas pelos sujeitos.

A temática de trabalho e aposentadoria na configuração da concepção de envelhecimento e velhice corrobora com estudos (FELIX & CATÃO, 2013; CATÃO & GRISI, 2014; CATÃO & ROCHA, 2019) que traz a centralidade do trabalho na vida dos idosos, mesmo com a ruptura ocasionada pela aposentadoria. Observa-se que a aposentadoria é demarcada de maneira distinta pelos autores e que precisa de uma maior discussão por ser, sobretudo, associada a uma perspectiva economicista de improdutividade da pessoa idosa. No que diz respeito à discussão sobre saúde e adoecimento, é necessário entender que saúde não é apenas ausência de doença e que o adoecimento pode ser não só físico, mas também psíquico e, por isso, é necessário um maior aprofundamento no que se refere à qualidade de vida do idoso e suas especificidades. Já sobre gênero, é interessante perceber como os autores trazem as diferenças entre a concepção da velhice pela mulher idosa e pelo homem idoso, além de caracterizar a velhice como majoritariamente feminina, evidenciando a importância em se refletir sobre quem são os sujeitos que constituem a velhice.

A revisão sistemática dos conceitos de envelhecimento e velhice abordou um período cronológico da produção científica e, portanto, entende-se que este estudo apresenta limitações devido ao recorte da produção científica conforme os critérios utilizados pelos pesquisadores. Entretanto, é importante ressaltar que este estudo serve como ponto de partida



para possíveis reflexões, tendo em vista a evolução da discussão sobre a temática que aparece interligada com o contexto social, podendo auxiliar os profissionais e estudantes envolvidos com o assunto na sua atuação profissional e acadêmica.

REFERÊNCIAS

- BECKER, A. C., & FALCÃO, D. V. D. S. O envelhecimento, a velhice e o significado de ser avô (ó) na perspectiva de atores profissionais idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, **19**(2), 2016.
- BELTRÃO, K. I., & CAMARANO, A. A. Características sócio-demográficas da população idosa brasileira. **Revista Estudos Feministas**, **5**(1), 1997.
- CABRAL, B. E. L. A vida começa todo dia. **Revista Estudos Feministas**, **5**(1), 1997.
- CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. 2002.
- CASTRO, G. G. O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. **Galáxia (São Paulo)**, (31), 2016.
- CATÃO, M. F., & GRISI, A. F. Life Project and work as matter of exclusion/inclusion of the elderly person. **Estudos em Psicologia**, **31**(2), 1-20, 2014.
- CATÃO, F. F., & ROCHA, K. K. R. Políticas públicas e direitos humanos por idosos em serviço de convivência. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 2, p. 909-923, 2019.
- DA MOTTA, A. B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos pagu**, (13), 191-221, 1999.
- DA SILVA, A. A. Viver com mais de 60 anos: a propósito da política social. **Serviço Social e Saúde**, **10**(1), 1-30, 2011.
- DEBERT, G. G. Gênero e envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**, **2**(3), 1994.
- DEBERT, G. B. Envelhecimento e curso da vida. **Revista Estudos Feministas**, **5**(1), 120, 1997.
- DE BARROS, M. M. L. Densidade da memória, trajetória e projeto de vida. **Revista Estudos Feministas**, **5**(1), 1997.
- DE LEÃO, A. A. M. P. Envelhecimento bem-sucedido: desafios às políticas públicas em Manaus (Successful aging: challenges to public policies in Manaus). **Emancipação**, **18**(2), 325-335, 2018.
- DE MORAIS, O. N. P. Grupos de idosos: atuação da psicogerontologia no enfoque preventivo. **Psicologia ciência e profissão**, **29**(4), 846-855, 2009.



DE OLIVEIRA MENDONÇA, B. I., & DE BRITO, M. A. Q. Compreensão gestáltica de oficinas de contação de histórias em um grupo vivenciando a velhice. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, 25(1), 26-37, 2019.

DE SOUZA ABRAHÃO, E. O desvelar da velhice: as contribuições da psicanálise na busca de sentidos para a experiência do envelhecer. **Revista da SPAGESP**, 9(1), 45-51, 2008.

FELIX, Y. T. M., & CATÃO, M. F. Envelhecimento e aposentadoria por policias rodoviários. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), 420-429, 2013

FERNANDES, A. A. Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. **Sociologia, Problemas e Práticas**, (36), 39-52, 2001.

FERNANDES, M. D. G. M., & GARCIA, L. G. O corpo envelhecido: percepção e vivência de mulheres idosas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 14, 879-890, 2010.

FLORES, Y. Todo dia é dia das leitoras de Barbara. O discurso formativo/explicativo na revista Barbara p. 133-148. **Revista ACB**, 3(3), 133-148, 1998.

FREIRE, S. A., & RESENDE, M. C. D. Estudos e intervenções para a promoção da velhice satisfatória. **Psicologia para América Latina**, (14), 2008.

LIMA, Â. M. M. D., SILVA, H. S. D., & GALHARDONI, R. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 12, 795-807, 2008.

MONTEIRO, M. P. O tempo foracluído da psicanálise. **Cógito**, 12, 2011.

PEIXOTO, C. E. Histórias de mais de 60 anos. **Revista Estudos Feministas**, 5(1), 1997.

PINHEIRO, E. G. Biblioterapia para o idoso Projeto Renascer: um relato de experiência. **Informação & Sociedade**, 8(1), 1998.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, 20(2), v-vi, 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa** (3a ed). São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SIMÕES, J. A. Solidariedade intergeracional e reforma da previdência. **Revista Estudos Feministas**, 5(1), 1997.

SIQUEIRA, R. L., BOTELHO, M. I. V., & COELHO, F. M. G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 7, 899-906, 2002.

VELOZ, M. C. T., NASCIMENTO-SCHULZE, C. M., & VIZEU, B. C. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia: reflexão e crítica**, 12(2), 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. 2005.